

052ª SESSÃO ORDINÁRIA – 06JUN2012

(Texto com revisão final.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Ver.^a Fernanda Melchionna, o nosso espírito é de contribuir com o Plenário, com esta Câmara e, principalmente, contribuir com a Cidade. Não vou fazer uma polêmica aqui; eu quero apenas que fique registrado nos Anais desta Casa o que aconteceu na última Sessão, quando foi encerrada a Sessão sem possibilidade de votação do Veto a um Projeto meu. Foi lastimável. Não vou qualificar com adjetivos aqui; só vou dizer que foi lastimável e espero que isso não volte a acontecer nunca mais nesta Câmara de Vereadores.

Eu venho aqui, meus caros Vereadores Todeschini e Mauro Pinheiro, companheiros meus da Bancada do PT, para fazer algumas cobranças. Eu não estou contente, eu não estou satisfeito – e quero agradecer ao Ver. Paulinho Rubem Berta, Presidente da minha Comissão – acerca das explicações do DMAE sobre os bancos de areia no Guaíba.

Ontem, mais uma vez, me reuni com um grupo de pessoas que praticam esportes náuticos no Guaíba, que velejam, usam seus barcos, usam suas motonáuticas – porque eu também aprendi agora, Ver. João Antonio Dib, que *Jet Ski* é uma marca e que o aparelho se chama motonáutica (*sic*). Então, vou usar o Português para todo mundo entender.

Nós praticamente nunca apoiamos os esportes náuticos em Porto Alegre. Está na hora de Porto Alegre olhar para esse manancial de águas esplendoroso que há aqui e deixar de estar de costas para o Guaíba, começando com o DMAE descendo do seu pedestal, tendo um pouquinho mais de humildade e reconhecendo que aquela marcação que foi feita não é marcação: duas ou três taquaras não resolvem o problema do grande perigo que são os bancos de areia formados pelas obras do Pisa. O Pisa é um processo importante, indiscutivelmente, e nós reconhecemos isso, mas não tem cabimento que fique

na situação em que está agora! Não tem cabimento! Nós queremos apelar para a Liderança do Ver. João Dib, que, como engenheiro, como ex-Diretor do DMAE, não tenha a mesma postura. Sei que o camarada, o companheiro, o amigo João Dib não terá essa postura; terá a humildade, como sempre teve, de ir atrás e verificar a verdadeira situação dos bancos de areia do Guaíba. Nós precisamos de uma solução urgente urgentíssima. Urgente urgentíssima!

Quero também levantar o problema da potabilidade do Guaíba, Ver. Carlos Todeschini. V. Exa. foi Diretor do DMAE, sabe muito bem, sabe mais do que qualquer um de nós aqui sobre essa questão. Não quero fazer pânico, não quero levantar aqui aquilo que possa trazer angústia para as pessoas. Não estou colocando em dúvida, necessariamente, a potabilidade no seu sentido amplo, mas estou preocupado principalmente com aqueles que usam a água com essas algas; uma delas, segundo informações que tenho, que começa a se proliferar cada vez mais, tem uma determinada toxina que pode fazer mal, que, provavelmente, faça mal para pessoas que tenham certas tendências para determinadas moléstias, especialmente do fígado e dos rins e, também, para algumas pessoas que tenham possibilidade de outras moléstias, moléstias, que não vem ao caso aqui nominar, pois seria um debate técnico, mas estou recebendo ajuda de alguns médicos para discutir essa questão.

Ver. João Dib, levanto essas questões sobre o nosso Guaíba, manancial de águas exemplar, que poderia e deveria ser mais e mais utilizado por nós.

Talvez o Ver. João Bosco Vaz, quando tiver possibilidade, possa nos falar um pouco mais sobre a questão dos esportes náuticos, já que foi nosso Secretário de Esportes.

Quero dizer ainda que acho que nenhum dos nossos governos, incluindo o meu e o seu, deu a atenção que deveria dar para os esportes náuticos, talvez até por um desconhecimento que a gente tenha da situação. Eu, como bom aprendiz, estou começando a aprender algumas coisas e quero uma Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; meu caro Ver. Adeli Sell, ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exa. e, por certo, vou fazer um contato com o Diretor do DMAE em razão da sinalização que V.Exa. diz – e creio até que tenha razão – que não é a mais apropriada para a segurança dos navegadores desse nosso magnífico rio Guaíba – eu prefiro chamar de rio Guaíba.

Agora, quanto à potabilidade da água, com a responsabilidade que eu tenho de ter sido Diretor do DMAE por duas vezes, quero afirmar que a água é potável, que não há problemas para a saúde dos porto-alegrenses.

Acho que é responsabilidade, porque ouvi, no início da semana, uma declaração de que alguém responsável fez, sem ter a responsabilidade de saber, pelo menos no seu conceito de que as coisas estavam erradas, fazendo críticas contundentes, porque quem critica sabe como fazer o certo. Se eu acho que está errado, é porque eu sei como se faz certo. Mas, se eu já fui Diretor do DMAE e não digo como se faz o certo, não devo dizer nada, devo ficar quieto, e não fazer com que outros Vereadores se pronunciem da mesma forma.

Quero dizer que a água do DMAE é potável. Não faz mal à saúde. Agora, não foi nesta Administração que aconteceu a floração das algas, não. Não foi a primeira vez. Agora, eu posso dizer que o DMAE, também não pela primeira vez, tem tomado todas as medidas necessárias para garantir a qualidade da água. A mais recente utilização é a do carvão ativado. Com isso, pretendeu-se fazer com que desaparecesse o gosto, mas não foi possível, mas, se alguém tem uma técnica capaz de fazer com que o gosto desapareça, que o diga, para que façamos uma análise da viabilidade de fazer o que está sendo proposto.

Não vale um Vereador – com a responsabilidade que tem – colocar dúvidas sobre a potabilidade da água. Não vale, isso não é permitido! Quem diz que está errado sabe como se faz certo; então, que o diga. Vai lá, pega o telefone e diz: “Olha, se faz assim”, e não fica apenas criticando.

Eu quero dizer que o rio Guaíba – para mim rio, mas, para alguns, lago – é formado em 76% de águas que vêm do rio Jacuí, e o rio Jacuí recebe toda a sorte de esgotos e de produtos agrícolas que são ofensivos à saúde, sim, mas o tratamento – que cada vez fica mais caro para o DMAE quando acontecem

essas coisas – é o que há de melhor em técnica para que se faça uma água de boa qualidade para entregar ao consumo da população porto-alegrense.

Então, não vale a pena criticar, criticar, mas dizer “Eu não sei como fazer”. Então, a crítica não vale, também; quando eu não sei como se conserta o erro, é melhor eu não falar, porque, se eu falar, se presume que eu saiba como corrigir. E, se eu não sei corrigir, o silêncio, nesse caso, é de ouro, é um tratamento perfeito para algumas vozes que aí estão. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, nós acompanhamos atentamente as movimentações, as tratativas, as negociações, os entendimentos que decorrem para a composição das nossas candidaturas a Prefeito de Porto Alegre. Este é um tema que palpita no coração de cada porto-alegrense, homem e mulher.

Na quarta-feira, li na imprensa local, mais precisamente na pág. 10 do jornal Zero Hora, uma manifestação do Prefeito Fortunati propondo que o PDT saia do apoio ao Governo do Estado. É uma posição democrática, que respeitamos, que compreendemos, mas que nos preocupa, porque isso sinaliza a possibilidade concreta, real e muito próxima, de o Prefeito Fortunati, meu caro Ver. Tessaro, estar já preparando a sua posição de tentativa de reeleição em Porto Alegre, e repito, isso é da democracia, já buscando uma possível renúncia e candidatura, em 2014, para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esse é o sinal que se busca quando se lê, meu caro José Gomes, a manifestação do Prefeito na pág. 12, antes mesmo de se reeleger, já buscando a possibilidade de candidatura ao Governo, até mesmo porque a maior estrela de um Partido no Estado, salvo Governador e Presidente da República, é ser, sim, Prefeito Municipal da Capital de todos os gaúchos. Por isso segue aqui esta minha leitura que, claro, Ver. João Bosco, pode estar equivocada, sim, mas é uma leitura que faço em razão da possibilidade da saída do PDT do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, coisa que, acredito, não deva

acontecer, até porque estamos juntos, lá no Estado, fazendo um bom Governo para o nosso Rio Grande do Sul. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, Ilustres colegas Vereadores, eu quero hoje me pronunciar baseando-me na reunião muito produtiva que tivemos hoje no Hospital Presidente Vargas. Eu comentava aqui, na semana passada que, em face da saída dos servidores da Fugast, a Secretaria da Saúde, em nenhum momento, foi responsável, que a Prefeitura Municipal em nenhum momento foi responsável, mas, sim, houve uma decisão jurídica em termos estaduais e não houve a vontade política do Estado em compor esta situação, excepcionalizando a questão dos servidores da Fugast a partir de uma PEC que poderia ser aprovada na Assembleia e que poderia manter esses servidores lá. Então, não houve essa vontade, a PEC do Deputado Gilmar Sossella, que nos visitou hoje, pela manhã, acabou não prosperando, e, infelizmente, nós tivemos a saída mais de 300 servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, o que dificultou, sem dúvida nenhuma, e muito, a questão do atendimento. O Hospital acabou tendo, ao longo dos anos, muitos servidores federais e do Estado que, gradativamente, têm se aposentado, e a situação de atendimento vem sendo deteriorada ao longo do tempo.

Mas, ontem, nós tivemos uma grata surpresa, uma ação importante da Prefeitura Municipal no sentido de recompor esse quadro, principalmente de médicos, e que acabou culminando num anúncio que foi feito hoje pela Dra. Maria Isabel, Diretora-Geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Então, foram chamados diversos médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiras do concurso que acabou ocorrendo no final do ano passado, mas, na situação específica do Hospital Presidente Vargas, que nós comentávamos aqui, na semana passada – o Dr. Goulart, também acabou comentando –, nós vamos ter o acréscimo de sete anestesistas, oito pediatras, dez gineco-obstetras e treze emergencistas – isso falando no corpo médico do Hospital,

que foi chamado pelo Prefeito Municipal a partir de ontem, sem dúvida nenhuma, resgatando as condições de atendimento do Hospital Presidente Vargas. Eu, que me formei lá, que fiz a residência lá, que trabalho lá, sei que a situação ainda tem que melhorar bastante, mas, sem dúvida nenhuma, esse passo dado pelo Prefeito no dia de ontem é um resgate do Hospital Presidente Vargas que aponta para uma reestruturação e uma nova colocação deste Hospital dentro da rede dos hospitais públicos de Porto Alegre. Quando conversávamos, na semana passada, nós falávamos exatamente dessa dificuldade. Eu colocava a minha dificuldade, em particular, também nesse processo, tendo feito, infelizmente, há poucos dias, um plantão obstétrico sozinho. O Prefeito teve a sensibilidade, olhando para a sociedade de Porto Alegre e para o conjunto dos servidores do hospital, de dar essa resposta. Então, eu quero dizer da minha satisfação em fazer parte desta gestão, como Líder do PDT, Ver. Mauro Zacher, Ver. João Bosco Vaz e Ver. Márcio Bins Ely, principalmente quando a gente vê esse anseio da categoria e da população de Porto Alegre ser contemplado.

Serão chamados mais de trinta técnicos de enfermagem para o Hospital, treze enfermeiros, farmacêuticos, engenheiros civis, bioquímicos. Sem dúvida nenhuma, esse chamamento realizado pelo Prefeito aponta para uma reestruturação qualificada do Hospital Presidente Vargas, que, a partir disso, pode projetar e ter esperança de um futuro muito melhor.

Parabéns, Prefeito; parabéns, Vereadores que participaram, Ver.^a Fernanda Melchionna; parabéns entidades médicas, Sindicato dos Municipários, que contribuíram, e muito, para esse processo de reerguimento do Hospital Presidente Vargas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhoras e senhores, o que aconteceu ontem na Assembleia Legislativa, quando os servidores públicos tiveram os descontos

previdenciários aumentados de 11% para 13,25%, pode representar, com toda a certeza, um perigo para todos os funcionários públicos, em todos os Municípios e, por que não dizer, nos outros Estados também. Ontem, o que aconteceu na Assembleia foi um recado para todos os administradores: quando estiverem em situação de aperto, quando tiver que arrochar alguém, tem que tomar do funcionário! Como não tinha outra saída ou, pelo menos, não via uma saída mais viável, o Governador Tarso Genro resolveu fazer com que os funcionários sofressem na carne uma crueldade que talvez ninguém merecesse. Afinal de contas, esse “tomar dinheiro”, esse “enfiar a mão no bolso do funcionário” acabou, com toda a certeza, por ferir de uma forma realmente cruel, de uma forma que jamais alguém poderá esquecer. Algumas dessas pessoas que foram feridas, que foram lesadas simplesmente não tinham nem como sobreviver de forma mais correta, e elas tiveram ainda um corte em seus salários, porque terão de devolver 1,25% a mais em termos de previdência. Eu acredito que os governantes, para resolver seus problemas, devem fazer alguma coisa diferente. Eu me lembro de que, há bem pouco tempo, o Governador Tarso Genro acabou nomeando uma quantidade enorme de CCs, com altos salários – talvez os maiores salários pagos hoje, no Governo do Estado, sejam para esses últimos CCs nomeados pelo Governador Tarso Genro. E, logo em seguida, depois de propiciar gastos que não precisavam, porque eu acredito que o Estado estava já bem suprido e poderia realmente recorrer a outras pessoas para fazer o trabalho que o Governador queria; depois de fazer com que todos nós ficássemos indignados com aqueles gastos realizados com os CCs nomeados pelo Governador Tarso Genro, ele vem e acaba cometendo um verdadeiro crime contra funcionários públicos que, muitas vezes, não têm como se defender, e, desta vez, eles não tiveram como se defender. Os funcionários públicos foram roubados! Afinal, 13,25% já representa confisco; 11% já é uma alíquota bastante alta, mas, afinal de contas, é uma alíquota utilizada praticamente em todo o Território Nacional. Agora, 13,25% é um confisco, Ver. Tessaro, e os Procuradores que agora irão representar os funcionários públicos que quiserem entrar na Justiça, com toda a certeza vão conseguir anular essa medida que foi aprovada ontem pelos Deputados por 24 votos contra e 29 votos a favor, um placar apertado.

Acontece que isso que foi aprovado ontem foi um roubo praticado contra o funcionalismo público estadual, que deve estar de luto hoje!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIENTE (Fernanda Melchionna): Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer e dizer que sejam muito bem-vindos a esta Casa os Assistentes Administrativos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que reivindicam o nível 8, exigindo valorização; depois, certamente a Mesa Diretora poderá receber os trabalhadores. Esta Câmara está à disposição da Prefeitura.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, ao cumprimentar os nossos colegas Assistentes Administrativos, quero, em primeiro lugar, fazer uma referência à assembleia do Simpa que acompanhamos ontem. De fato, o nosso diagnóstico e a fala que fizemos, em especial esta Vereadora, na reunião de negociação com o Secretário Busatto se referiu à política dos aumentos diferenciados e à ausência... Não os criticando, exatamente, porque foram conquistas importantes; não podemos deixar de reconhecer a conquista da valorização da Guarda Municipal, a conquista da essencialidade do DMAE, mas alertando a Prefeitura de que um conjunto de funcionários havia ficado no meio desses ajustes. Entre eles, estavam vários setores médios – e não me surpreende vocês estarem aqui –, e eu falava inclusive justificando o porquê da mobilização da data-base, porque o Governo questiona a data-base, dizendo que deveria haver uma política para o conjunto da categoria, que setores médios de várias Secretarias tinham ficado fora de qualquer valorização, que a Secretaria de Educação, especialmente professores... E chamava a atenção para o tema monitores, que é muito semelhante à situação dos assistentes administrativos; aliás, até um pouco diversa, porque os monitores trabalham diretamente com o aluno, já têm Ensino Superior e Pós-Graduação, e muitos deles estão ainda no padrão 5 – Ensino Fundamental –, que são funções, na Escola Infantil, essenciais para o atendimento da criança de zero a seis anos. E

seria muito importante, Ver. João Antonio Dib, que o Governo desse uma resposta para o conjunto da categoria, porque o tratamento diferenciado desestimulava o servidor, e precisava haver uma valorização, fosse via vale-refeição, fosse via um reajuste de recuperação de perdas e plano de carreira, especialmente, para superar as diferenças de tratamento de funções similares e que precisam, sim, andar, porque, cada vez que se mexe num padrão, cria-se desigualdade.

Então, quero aqui dizer que vocês têm toda a razão de estarem aqui trazendo esse tema, que a reabertura de negociações – já tratei em reunião com o Secretário Busatto – deixe de penalizar os funcionários que paralisaram pela valorização de todos, levando falta como levaram os professores que vão recuperar aula, e que reabra a negociação para o conjunto dos trabalhadores e, principalmente, transformando as reivindicações em carreira, de fato, em valorização, em estímulo ao funcionário público para continuar fazendo bem o seu trabalho e buscando formação permanente.

A segunda parte de minha manifestação pelo Partido dos Trabalhadores vai, sim, refletir no conjunto de projetos que foram votados na Assembleia Legislativa. Eu quero deixar muito clara a posição do Governo Tarso Genro, que queria, sim, aplicar alíquota progressiva – os maiores salários fazerem uma contribuição maior para a Previdência –, e essa alíquota progressiva foi interrompida na Justiça, foi questionada na Justiça. Isso seria, sim, solidariedade entre as gerações, entre as diferentes funções de Estado. Nós sabemos que o tema da Previdência é polêmico porque tem muito o que enfrentar nos desvios, mas nós temos que lembrar, Ver. Braz, que o grande flagelo, hoje, está ainda no funcionário CLT. Nós fomos muito questionados e criticados pela criação do PREVIMPA; duro para os funcionários, num momento difícil em que o Prefeito Verle não podia mais pagar a bimestralidade, em que a Prefeitura estava com um déficit importante, mas que hoje protege a nossa aposentadoria, que a gente garante a aposentadoria integral. Esse é o movimento que o Governo do Estado faz, que gostaria que fosse diferente. Ele queria que fosse diferente. Foi derrubado na Justiça, porque a visão de que quem ganha mais altos salários deve contribuir para os demais é uma visão correta. O Estado do Rio Grande do Sul tem uma diferença de 1.500% entre

um salário-base e o salário mais alto, o que torna impraticáveis salários dignos, muito menos aposentadoria digna. Não dá tempo de traçar todos os temas, mas é um esforço que vai resultar, sim, em valorização do trabalhador público, eu creio muito nisso.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meus senhores e minhas senhoras; servidores municipais aqui presentes, nada como um período eleitoral para ouvir discursos com muitas promessas.

Neste plenário, tem dois Vereadores, além deste, que podem falar de plano de carreira dos municipais ou de estatuto, porque o Ver. Elói Guimarães e o Ver. Luiz Braz aprovaram o plano de carreira e o estatuto feito pelos servidores municipais – não pela Secretaria de Administração –, e, no dia 31 de dezembro de 1985, foi sancionado.

Quem começou a fazer alterações – indevidas – no plano de carreira? Aqueles que agora estão ali criticando a situação atual. Os mesmos, não são diferentes, os mesmo que ontem aprovaram 13,25% para tomar dos servidores para arrecadar R\$ 200 milhões para um déficit de R\$ 5,4 bilhões. É brincadeira! Agora, vai ali e fala do Prefeito João Verle, que cortou a bimestralidade, e eu quero lembrar que, no ano de 2003, quando isso aconteceu, as contas da Prefeitura, aprovadas pelo Tribunal de Contas, diziam claramente que o índice prudencial de gastos com pessoal nunca fora atingido pela Prefeitura. E ele simplesmente tirou a bimestralidade e deixou por isso mesmo. Não tinha problema, ele recebia do Tribunal de Contas e mais como Prefeito, era uma beleza, ele não tinha problema! Mas tudo bem.

Agora, voltem ao passado, ano de 1991: Prefeito Olívio Dutra corta 30% do poder aquisitivo em razão do aumento salarial. Vamos esclarecer que a inflação era assustadora, e, no mês de julho, ele retroagiu e tirou o salário. Ficou tudo por isso mesmo, só que ele esqueceu de mandar tirar do salário

dele, porque o Prefeito ajustava o salário juntamente com os servidores. Aí eu avisei para ele. Quando ele recebeu o segundo mês, como homem correto que é, me agradeceu, inclusive, e devolveu o dinheiro para a Prefeitura.

Mas, em 1994, era Prefeito S. Exa., o Governador do Estado hoje, e, com uma liminar, ele tirou 7,8% dos servidores – retroagindo a liminar –, e ficou tudo por isso mesmo, porque caiu a liminar, e os 7,8% nunca foram concedidos, nunca foram devolvidos. Ele tomou dos servidores e não devolveu!

Portanto, nada como um ano eleitoral para ir à tribuna e incensar os servidores municipais. Esqueceram do passado! E eu tenho tranquilidade no que eu digo, porque sempre fui coerente. Não é o que está acontecendo com uns aqui agora, como não aconteceu na Assembleia ontem. Trocaram o discurso. Não importa a posição em que eu esteja, o meu pensamento e a minha consciência são os mesmos. Não mudam!

Então, eu quero ainda lembrar aos servidores municipais, que são inteligentes, sem dúvida nenhuma, que nós estamos num período em que, mesmo que o Prefeito quisesse fazer alguma alteração, não poderia. Vamos colocar os pingos nos is perfeitamente colocados.

Volto a dizer: dois Vereadores aqui aprovaram o plano de carreira que os servidores discutiram permanentemente, e discutiam quinzenalmente com os Vereadores para chegar ao que chegou, mas, depois, ele foi destruído, inclusive desrespeitando a Lei Orgânica, que vincula todos os salários da Prefeitura ao nível 2. Mas não foi esta Administração que começou; começou muito antes, e esses hoje, ali, estão fazendo discurso dizendo diferente do que eles falaram no passado. Não é o meu caso. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Registramos que a Lei Eleitoral permite a recomposição das perdas salariais acumuladas – não só a inflação – , que são 15%, no caso dos trabalhadores públicos municipais. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sra. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste, quero agradecer ao Ver. Tarciso a

cedência de seu tempo de Liderança. Eu li nos jornais de ontem que políticos de alguns Partidos desta Cidade manifestaram que a Deputada Manuela d'Ávila é muito jovem para concorrer ao cargo de Prefeita desta Cidade. Também disseram que tem inexperiência e que não conhece a nossa Capital, porque fica parte do seu tempo em Brasília, como Deputada, tendo pouco tempo para esta Capital.

Eu fiquei surpreso ao ler essas notícias, porque nós sabemos que grandes personagens políticas desta Capital, deste Estado, passaram por Brasília, ficavam lá nas terças, quartas e quintas, quando retornavam. Assim, sempre se elegeram, administraram e, com grande competência, fizeram os seus trabalhos e conheciam a Cidade.

Eu quero aqui fazer a defesa da Manuela d'Ávila. Quero dizer que a Manuela, na segunda-feira, começa o seu dia pela manhã, já às 7 horas da manhã, visitando a nossa cidade de Porto Alegre. Até a hora do embarque para Brasília, na terça pela manhã, está ali trabalhando. Quando retorna, nas quintas-feiras, à tarde, já está com agenda, sextas com agenda, sábados com agenda, domingos com agenda; quer dizer, ela fica mais tempo aqui em Porto Alegre do que em Brasília. Talvez ela tenha caminhado muito mais, nesta Cidade, do que muitas pessoas que aqui residem e fazem política. Quanto à idade, eu quero dizer que nós não podemos agora, aqui, penalizar os jovens, não é, Fernanda? Até porque nós estamos vendo lá, no Senado, o Senador Randolfe, que é a surpresa deste Brasil, deve ter 36 anos de idade. É o mais jovem que até hoje esteve no Senado, mostrando a qualificação e por que a juventude tem, sim, condições de fazer com que este País, esta Cidade, este Estado, enfim, com que a política brasileira possa tomar novos rumos. Convenhamos, com 30, 31, 35 anos é jovem, mas é experiente. Conheço muitas pessoas jovens desta mesma idade que, desde os seus 16 anos, estão ali na luta da política, do trabalho, dos seus estudos, conhecendo o que se pode fazer para melhorar a vida do cidadão.

Então, não dá para se dizer que uma pessoa, por ter 31 anos, não tenha condições de administrar uma Capital! Como bem disse agora o Ver. Tarciso, Barack Obama não poderia ser o Presidente dos Estados Unidos, ele é muito jovem! Se nós começarmos a qualificar as pessoas por idade, eu tenho certeza

de que temos Senadores de 70 anos que não têm experiência alguma e já deveriam ter saído da nossa Capital federal. Eu tenho certeza de que, neste Estado, temos muitos Prefeitos acima dos seus 60 anos, que não poderiam estar nas suas cadeiras por inexperiência. Então, vamos acabar com esse preconceito com relação à idade.

Eu acho que Porto Alegre tem que saber disso; talvez caminhar juntamente com a Deputada Manoela. Ver.^a Sofia, a senhora, que caminhou todas as semanas nesta Capital, sabe o que é caminhar nas vilas, conhecer Porto Alegre. Não me venha dizer que pessoas que estão em Brasília como Deputados não podem mais atuar em Porto Alegre porque não conhecem Porto Alegre. Vamos acompanhar o trabalho. Eu acho que a questão de falar sem saber o que está falando é muito ruim. As pessoas têm que acompanhar o trabalho que é feito para dizer da realidade desse trabalho. Não é assim que se faz política, denegrindo a imagem de outras pessoas. Vamos fazer com que o elogio ao trabalho seja feito.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Ver. Luiz Braz, antes de lhe conceder um aparte, eu gostaria de registrar a presença dos estudantes de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Centro Acadêmico Dionísio. Eles lutam pela valorização e reforma de seu prédio. Sejam muito bem-vindos.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver.^a Fernanda Melchionna, eu tenho um apreço muito grande pelo meu querido amigo Ver. Tessaro, só que nós vivemos uma época em que não podemos fazer pronunciamentos aqui, na Casa, fazendo com que o nosso candidato, que queremos que seja eleito, tenha realmente as suas qualidades exaltadas aqui, colocadas a público, como se, de repente, eu estivesse fazendo um comício. Então, eu acho que podemos sofrer penalizações do Tribunal, porque, com certeza, as manifestações que são feitas aqui, desse tipo, se são apanhadas pelo Tribunal, podem gerar multas para a Casa. Então, com todo o respeito que tenho pelo meu querido amigo Ver. Tessaro, eu pediria que esses pronunciamentos, tanto de um lado como

de outro, pudessem ser mais regradados, para que a gente não tivesse aqui dissabores, até chegar, pelo menos, o momento eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Luiz Braz. Está feito o registro.

O SR. NELCIR TESSARO: Ver.^a Fernanda Melchionna, eu quer dizer que a legislação é muito clara, precisa e concisa, como diz o nosso grande e experiente Dib: após as convenções e o registro, há limitações nas nossas falas na tribuna desta Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Tessaro. Solicito à Diretoria Legislativa que esclareça a dúvida. Antes de entrarmos na Ordem do Dia, momento em que fazemos as votações dos Projetos, eu solicito que a Ver.^a Sofia, ex-Presidente, assuma a presidência dos trabalhos, para que esta Vereadora possa falar em Liderança pelo PSOL.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na verdade, eu gostaria de falar sobre três temas antes de entrarmos na Ordem do Dia, que é o momento de votação dos Projetos e também da nossa Moção, que eu espero seja votada por unanimidade nesta Casa, reforçando a luta pela cultura, pelo teatro, pela música, pelas artes visuais.

Eu queria cobrar da Prefeitura explicações a respeito, Ver. João Antônio Dib, de uma declaração que saiu no jornal e que é, no mínimo, inaceitável do ponto de vista de uma cidade que tem privatizado seus espaços públicos, como nós vimos no caso do Araújo Vianna, que foi palco de *shows* populares na cidade de Porto Alegre, que foi privatizado – 75% das datas serão gerenciadas pela

Opus – e está fechado há cinco anos. A Prefeitura restringiu o uso do Largo Glênio Peres, aprovando, lamentavelmente, com a maioria da Câmara, uma Lei que limita o uso para *shows* artísticos, para manifestações populares, para feiras de economia solidária e feira de artesãos. Uma Lei que ataca a Constituição Federal, que conquistou o art. 5º, sobre a liberdade de expressão; uma Lei que obriga os artistas do teatro de rua a pedirem autorização para a Prefeitura, quando utilizarem o espaço, quando a Constituição é clara ao dizer que está garantido o direito à reunião em qualquer espaço público. O que se precisa, muitas vezes, é de aviso para não colidirem eventos.

Pois bem, mesmo diante desse quadro de privatização e restrição do uso dos espaços públicos, porque o Largo Glênio Peres, para a Prefeitura, não pode ser utilizado por pessoas, mas virou um grande estacionamento público, Ver. Carlos Todeschini, nós tivemos a surpresa de ver no Jornal Metro, do dia 31, uma declaração da Prefeitura dizendo que se pode construir um estacionamento no Parque Redenção. É inaceitável que transformem o Parque Farroupilha num estacionamento de carros.

Que Cidade é esta em que os ciclistas morrem ao usar a bicicleta, porque não respeitam os ciclistas, porque as ciclovias não saem do papel, porque os 20% de multas que deveriam ser usados para a execução do Plano Diretor Cicloviário, votado em 2009, nesta Câmara, não saiu do papel?

Que política de gestão é esta que incentiva sempre o uso do automóvel individual, com altas tarifas do transporte coletivo: R\$ 2,85, num meio que nunca foi licitado na cidade de Porto Alegre e que não concede aos estudantes meio passe aos domingos e feriados, mesmos estes sendo estudantes nos 30 ou 31 dias do mês?

Que Cidade é esta que cogita transformar o Parque Farroupilha, a nossa querida Redenção, num estacionamento?

Que Cidade é esta que abre mão do melhor dos seus bens para a iniciativa privada e ainda restringe espaços públicos no coração da nossa querida cidade de Porto Alegre?

Portanto, eu não vi, Celso Pitol, João Antonio Dib, em nenhum lugar oficial este Projeto da Prefeitura. Gostaria de pedir explicações, porque, quando li o jornal, fiquei extremamente preocupada com a possibilidade de transformarem o

Parque Farroupilha num grande estacionamento, não só do ponto de vista da lógica da Cidade e da restrição do espaço público, mas também da lógica de transformar, cada vez mais, esses espaços em espaços para a iniciativa privada, para o uso de poucos e, também, aos ataques do meio ambiente.

Por fim, eu gostaria de falar também sobre as negociações dos municipais. Nós acompanhamos a assembleia, foi uma intransigência a ruptura da negociação, com o argumento falacioso de que não poderia ser concedido aos trabalhadores nada além da inflação. Nós concordamos com a luta dos trabalhadores municipais, porque as perdas acumuladas somam 15% para aqueles que fazem o serviço público cotidianamente.

Mas não poderia deixar de criticar o lamentável projeto do Governo Tarso Genro, aprovado ontem na Assembleia Legislativa, que aumenta mais uma vez a contribuição para os trabalhadores, que onera mais uma vez o bolso dos trabalhadores estaduais. Vocês imaginem que uma professora, que nem sequer ganha o piso nacional do Magistério, terá que pagar uma alíquota de 13,25% para a previdência. É inaceitável! É tudo para os grandes empresários e nada para os trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero abordar um pouco sobre muitas questões que nós temos abordado nesta Casa em relação, inclusive, à CPI do Instituto Ronaldinho.

Na última quinta-feira, foi aprovada a presença do Biscaya, aqui, em Porto Alegre, para contar o porquê de o Ministério da Justiça, na época, insistir tanto com o Instituto Ronaldinho.

Mas o que eu gostaria de colocar em pauta é o seguinte – e aqui vai numa simples sugestão para o Prefeito da cidade de Porto Alegre: aquela área do Instituto Ronaldinho é uma área de excelência, talvez seja um dos melhores

locais para a prática desportiva em Porto Alegre, e, de forma simples, singela e fraterna, eu venho propor ao Prefeito José Fortunati que faça a desapropriação daquela área. Ou seja, desapropriar a área do Instituto Ronaldinho para o Município de Porto Alegre. Sabemos que a família Assis deve vários tributos a Porto Alegre, por vários imóveis com IPTUs atrasados; a empresa está com dívidas. Então, o Município de Porto Alegre, de forma muito prática, pegaria aquele local e o transformaria num Centro de Excelência Desportiva para as crianças da Zona Sul e Extremo-Sul da Cidade. Parte da dívida que eles têm seria abatida, e quem ganharia com isso, na realidade, seria o Município, que, a partir daí, teria um novo local público, um lugar de excelência e, principalmente, as crianças da Zona Sul e Extremo-Sul, que hoje não dispõem de nenhum local. O único local onde essas crianças podem fazer alguma prática desportiva de forma gratuita é no Centro Comunitário da Restinga, Cecores.

Então, em cima disso, faço o apelo ao Prefeito Fortunati para que desaproprie o Instituto Ronaldinho Gaúcho, tornando aquela área, daqui para frente, uma área de domínio público por parte da Cidade, fazendo com que milhares de crianças possam usufruir. Sei que a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Esportes teriam todas as condições para gerenciar aquele órgão e fazer com que Porto Alegre tenha um novo local.

Essa é uma reivindicação que este Vereador faz em nome da Cidade. O Ver. João Antonio Dib faz um sinal positivo. Vereador, eu tenho certeza de que, se isso viesse para esta Casa, os 36 Vereadores concordariam. Mas, desculpem o termo, está caindo de maduro, basta o Prefeito Fortunati ter a vontade e desapropriar aquela área do Instituto Ronaldinho Gaúcho, tornando-a pública para a Cidade. Muito obrigado, Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, obrigado. Quero fazer um esclarecimento: quero aqui agradecer o Ver. Professor Garcia e dizer que eu já protocolei esse pedido, na fala do Ver. João Dib e do Ver. Valter Nagelstein, quando da última Reunião da CPI. Ou seja, eu protocolei um pedido ao Governo no sentido de desapropriar aquela área.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Tarciso Flecha Negra faz o registro de que ele já formalizou o pedido de desapropriação da área do Instituto Ronaldinho Gaúcho.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: O Ver. Tarciso referiu, e aí, ontem, eu fui procurar a imprensa da nossa Casa para pedir uma retificação – e eu agradeço a imprensa, porque já foi providenciada a retificação, Sr. Presidente. Eu estou aqui com as notas taquigráficas da Reunião da CPI, na última quinta-feira, em que esteve presente o Secretário Busatto, e a primeira ideia – e eu não quero me jactar com isso, acho que é uma ideia compartilhada por todos, mas quero simplesmente que fique claro e expresso, e aqui está registrado na página 46 das notas taquigráficas – de que nós precisamos retomar para o Poder Público, para a Cidade e para as crianças aquela área foi este Vereador que trouxe à baila.

(Aparte antirregimental do Ver. Nelcir Tessaro.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É, sim, Vereador, está aqui. O senhor quer, Ver. Tessaro?

(Aparte antirregimental do Ver. Nelcir Tessaro.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não, não foi, estão aqui todas as notas taquigráficas. Então, eu quero dizer o seguinte: eu acho que é bom a Casa abraçar essa ideia, mas, como tem muita gente que gosta de colocar ovo no ninho dos outros – não é o caso do Ver. Tarciso, que é um Vereador de muito respeito, nem do Ver. Dib, nem do Ver. Garcia – só quero deixar isso claro, até por amor à história. E as notas taquigráficas registram exatamente essa história.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Feito o registro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Faço o meu registro: de minha parte, quero apenas colocar que o Instituto Ronalzinho tem dinheiro a devolver; portanto, eu acho que declarar de utilidade pública e ainda pagar à família Ronalzinho é temerário. Então, vamos devagar e vamos ver que recursos têm que ser devolvidos aos cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Feito o registro. Este Vereador também fez o registro na Reunião da CPI, junto com o Ver. Mauro Pinheiro, na última quinta-feira. Portanto, essa será uma proposição conjunta de todos os Vereadores, certamente.

O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Obrigado, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Ver.^a Sofia Cavedon, eu fico feliz de ver que o Ver. Tarciso e outros Vereadores estão defendendo a questão da desapropriação do Instituto Ronalzinho. Mas quero defender, Ver. Tarciso, não o nome de quem está hoje defendendo isso e, sim, aqueles que precisam, aqueles jovens que precisam. Eu, Ver. Tarciso, há mais de um mês, Ver. Garcia, subi a esta tribuna, defendi a desapropriação daquela área, e, logo em seguida, tive uma audiência com a Secretária de Educação, a Cleci, e protocolei um documento pedindo que o Governo, Ver. Paulinho Rubem Berta, desapropriasse aquela área, para que lá, sim, funcione, Ver. Professor Garcia, um centro de educação integral e cultural também. Inclusive, naquela tarde, a Ver.^a Sofia debateu comigo quando sugeri que o nome desse instituto fosse Leonel de Moura Brizola. Então, fico feliz que a ideia deste Vereador tenha caído no agrado de todos os colegas. Não quero ser o pai, eu quero, sim, que aquele jovem da periferia tenha o seu espaço, tenha condições de ter uma educação de qualidade e também o seu espaço cultural. Uma das coisas que eu não vejo ninguém falar e defender é a cultura neste País. Parece que cultura não existe, parece que a cultura não faz parte do desenvolvimento do jovem. Debate-se tanto, Ver. João Antonio Dib, a questão da drogadição, do *crack*, mas, para que se combatam as drogas e o *crack*, Ver. José Freitas, deve haver uma contrapartida, e a cultura também faz

parte da contrapartida. Tem que ter cultura, sim! E eu nunca subi a esta tribuna, Ver. João Antonio Dib, para falar do movimento *funk*. Eu vou dar um exemplo para as senhoras e para os senhores que estão aqui: ontem à noite, com todo aquele frio, foi feito o registro da Associação Gaúcha do Funk do Estado do Rio Grande do Sul, e havia aproximadamente 600 jovens; são jovens que levam cultura, todos os domingos, através do Projeto Domingo Alegre, para uma comunidade diferente. Nunca subi aqui para falar disso, e não devo subir aqui para falar, porque é feito de coração – não é para buscar alguma coisa pessoal, não - é feito de coração.

Então, estou aqui hoje, Ver. Tarciso, e estarei sempre que eu puder, para falar em nome da cultura. E peço aos meus colegas que se unam a mim também, que defendam a cultura, que defendam mais verbas para a cultura. Falta contrapartida dentro da periferia. Neste momento, Ver. Valter, deve ter um jovem sendo resgatado pelo crime, porque não tem oportunidade dentro da comunidade. Lá faltam oficinas culturais! E acho que agora é a oportunidade. Acho que, agora, já que há um consenso, aqui nesta Casa, de que se desaproprie aquela área, não sei se o certo é desapropriar, não sei se é isso, mas, sim, que o Governo busque uma solução para que aquela área seja do Município e que lá funcione um Centro de Educação Integral e Cultural, também. E deixo a sugestão de que o nome seja Leonel de Moura Brizola, porque esse homem deixou a receita, o tipo de valorização de educação, que são as escolas de turno integral. Aí, sim, vamos estar dando contrapartida contra o crime. Muito obrigado. Eu só quero é ser feliz e andar tranquilamente na favela onde nasci. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, eu fico muito contente e, agora, tenho certeza de que, com todos os Partidos empenhados, vamos ter aquela área, e quem vai ganhar, Ver. Paulinho Rubem Berta, são as crianças. A mim não importa se eu vou ser o pai, a mim importa que aquelas crianças terão aquela área para o social, para formar cidadãos. É isso que importa, Sr. Presidente.

Parabéns a todos os Vereadores que estão ajudando nesse projeto; só assim a gente vai conseguir aquela área, e as crianças serão felizes. É o que o Cassiá diz ali: o que importa é que eu seja feliz no lugar onde nasci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Obrigado, Ver. Tarciso. Está feito o seu registro. Certamente essa será uma ação que terá o apoio da totalidade dos Vereadores da Câmara de Porto Alegre.

O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que nos assistem das galerias e de casa; Ver. Tarciso Flecha Negra, Ver. DJ Cassiá, no dia em que nós pudermos ter o discernimento e a vontade de acertar, Ver. João Bosco Vaz, o senhor, que é um homem que tem lutado principalmente na área do esporte, na cidade de Porto Alegre, que tem trabalhado incansavelmente para beneficiar principalmente a nossa juventude; no dia em que nós pudermos – oposição e situação – trabalhar, na maioria do conjunto, para beneficiar a comunidade e cidade de Porto Alegre, todos nós seremos felizes. Não será só o Ver. DJ Cassiá, mas todos nós seremos felizes. Isso é uma coisa que, como Vereadores, nós viemos fazer, Vereador: trabalhar pelo cidadão de Porto Alegre. Temos divergências em algumas coisas? Até temos, mas não consigo acreditar que tenhamos divergência em 100% do que é aqui colocado por todos nós. Isso não pode acontecer, não deve acontecer, porque quem perde é a comunidade.

O que me traz a esta tribuna é que venho aqui comemorar, de certa forma, que foi destrancada a pauta na Assembleia Legislativa. Por que venho dizer isto aqui? Porque está trancado, na Assembleia Legislativa, um Projeto de Lei do Governo que libera as áreas a serem repassadas ao Município – áreas com construção e áreas que não estão construídas –, e, infelizmente, por causa de um decreto, de uma lei, está parada, na Assembleia, uma Unidade de Saúde deste porte (Mostra fotografia.), construída – construída! – na R. Domenico

Feoli. Está trancado lá, o Município não pode utilizar, não pode abrir as portas para atendimento à comunidade. Uma comunidade que tem 40 mil pessoas e que tem uma Unidade de Saúde, mas que não consegue atender, Ver. Tarciso – e eu lhe agradeço porque estou vendo o interesse seu –, por causa de uma lei que está trancada. Olhem a Unidade aqui (Mostra fotografia.), olhem o tamanho desta Unidade. Serão dois gabinetes dentários, vai ter médico, médico comunitário. Tudo pronto e trancado na Assembleia! Fiz um apelo à oposição, no passado; infelizmente senti que não fui ouvido pela oposição, que, acho, não quis colaborar – não todos os da oposição, Ver.^a Fernanda, não todos os da oposição. Mas a senhora, que tem feito, com coerência nesta Casa, algumas críticas a todos os governos que agem erradamente, olhe o tamanho da Unidade de Saúde, no Rubem Berta, construída, pronta desde fevereiro. Parada! Fechada! Os moradores não podem utilizar! E pior: culpam os Vereadores, quando os Vereadores não têm culpa; está parado na Assembleia! O Governo do Estado quer abrir, mas tem que passar pela Assembleia. Faço um apelo a todos os que possam, de alguma forma, mobilizar os Deputados para eles votarem de uma vez, para que se possa dar atendimento lá. Olhem o tamanho da Unidade (Mostra fotografia.) Foi feito um esforço por mais de três anos, lutando para construir uma Unidade de Saúde, e, quando se consegue, está fechada. A Secretaria da Saúde... Goulart, Ver. Goulart – eu o chamo de Goulart carinhosamente –, quero lhe dizer o seguinte... Olhe o tamanho (Mostra fotografia.), olhe o que isto significa para uma mãe com uma criança no colo, olhe o que significa para o Hospital Conceição, quantos deixam de receber atendimento, que poderiam passar por essa Unidade de Saúde? E o pior de tudo é que os politiquinhos de ocasião estão dizendo que a culpa é dos Vereadores; principalmente nesta época eleitoral em que vivemos, os políticos se aproveitam. Isso é uma vergonha! O Ver. Brasinha disse aqui quase isso. É uma vergonha que estejam fazendo politicagem em cima da necessidade das pessoas!

Eu quero convidá-lo, sem terem me convidado, Ver. Goulart, quando o senhor quiser comer galetto, graciosamente, vá ao Rubem Berta! Aquilo lá, agora, virou só fumaça. O que tem de galetto de graça lá... é uma festa! Agora, resolver o

problema, não; aplaudir os que lutaram por essa iniciativa, não. Só querem criticar, porque eles são cabos eleitorais, e muito baratos! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não havendo mais quem queira se manifestar, solicito a abertura do painel eletrônico para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após a verificação de quórum.)

(15h28min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o PLL nº 128/11. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 128/11, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero simplificar esse debate, Ver. Dib, eu não vou nem usar todo o tempo porque não quero polemizar, já falei isso antes, quando usei a tribuna. Só quero dizer que a Assessoria Jurídica da Prefeitura, infelizmente, não entendeu o Projeto, talvez até porque eu tenha colocado de uma forma muito tecnicista este Projeto. Eu queria fazer uma proposta a este Plenário: eu vou reescrever este Projeto, Cecchim, e vou pedir a quem estiver na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, para que chame uma reunião assim que eu apresentar o novo Projeto, assim que eu reformular a redação, e vamos fazer um debate sobre essa questão, porque nós estamos cometendo um grande erro ao não aprovarmos o Projeto. Se é um projeto de redação, podemos até discutir, mas até técnicos, aqui da Casa, me ajudaram a formulá-lo, mas eu não estou aqui para fazer uma briga, estou aqui para tentar resolver. Então, se a gente pudesse fazer essa reunião, até pode ser antes de eu protocolar um novo projeto. Não sei quem está na Comissão de Economia... Então, Cecchim, V. Exa. podia fazer uma reunião lá, me chamar para uma reunião, e, nós, de comum acordo, faríamos uma redação que resolva essa questão.

Nós temos muitos problemas, hoje, na Cidade, porque algumas empresas se apresentam nas licitações, são laranja de laranja de laranja, e, depois, nós temos problemas com essas empresas. Eu quero resolver isso, porque acho que uma forma de puxar para a realidade e para a legalidade, Ver. Valter Nagelstein, é fazer um Projeto na ideia que eu tenho aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 128/11, com Veto Total.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Adeli, V. Exa. faz um apelo para que nós, Vereadores... Não sei se V. Exa. quer derrubar o Veto ou quer aceitar o Veto. Ver. Adeli, V. Exa. quer aceitar o Veto?

(Aparte antirregimental do Ver. Adeli Sell.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Só vou fazer uma observação: para V. Exa. propor este Projeto agora, ainda durante este ano, terá que ter a concordância de, no mínimo, um terço dos Vereadores. Se V. Exa. vai aceitar o Veto, nós nem faremos observação nenhuma, ficamos por aqui.

(Aparte antirregimental do Ver. Adeli Sell.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Bom, agradecemos, então.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): V. Exa. quer fazer uma Questão de Ordem, Ver. Adeli?

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, exatamente para esclarecer: eu vou propor essa reunião na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do

Mercosul, para fazer uma redação a várias mãos, e espero que, daí, os colegas assinem o Projeto conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação nominal o PLL nº 128/11, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 20 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Em votação o Requerimento nº 056/12, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 056/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria, muito rapidamente, explicar a situação dos cursos, sobretudo do Departamento de Artes Dramáticas, do Curso de Teatro, a situação do Instituto de Artes e dos estudantes desses três cursos referidos na Moção, sem deixar de agradecer pela presença à Nina Becker, Coordenadora do DCE – Diretório Central dos Estudantes; ao Luiz Fabiano, do Centro Acadêmico Dionísio; e aos estudantes do Curso de Teatro, que trazem esta pauta a esta Câmara e que têm feito uma série de mobilizações nas últimas semanas. Foram duas semanas de muitos protestos dos estudantes das artes dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; foram duas semanas em que os estudantes foram novamente às ruas, aos debates na Reitoria, nos esquetes teatrais na Av. Salgado Filho, nas imediações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para mostrar a situação dramática de cursos tão importantes para nossa sociedade.

Lembro bem, prezado Matheus, da luta desde 2007, quando eu ainda era estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e me refiro ao Matheus Melchionna, que, inclusive, fez uma pergunta, no debate, à Reitoria em relação a essa situação dos cursos das artes. E a promessa do novo prédio veio naquele momento, a transferência, a construção do novo prédio para o

Instituto de Artes, que passa por uma série de problemas, desde a falta de infraestrutura, das poucas condições nas salas, dentro da Universidade, até o problema dramático da questão das salas para ensaios. Havia duas salas, dois teatros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: primeiro, a Sala Qorpo Santo, que está, há três anos, Ver.^a Sofia, esperando por uma reforma; inclusive, foi encaminhamento lá de 2008, e, até hoje, a Reitoria não teve vontade política para investir os recursos necessários e fazer uma reforma tão importante para a Universidade e para a comunidade, que assiste a peças gratuitas e a trabalhos de conclusão de curso nesses espaços. Mais recentemente, a Sala Alziro Azevedo foi interditada dia 23 de maio – pasmem! – por risco de curto-circuito. Foi a segunda vez, em um mês e meio, que a Sala foi interditada pelos próprios estudantes, porque havia risco a eles, à comunidade e àqueles que assistem aos trabalhos de conclusão de curso, como já me referi, como àqueles que assistem ao Teatro Pesquisa e Extensão, o TPE, que existe desde 2003, e nunca foi apresentado fora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante esses anos, na sua totalidade. Infelizmente, no ano de 2012, não poderá ser realizado dentro da Universidade, porque ela tem um curso de teatro, mas não tem um teatro para os seus estudantes poderem aprender e desenvolver suas peças.

Além disso, eu gostaria de falar sobre a questão do Reuni, porque não é à toa que 49 universidades federais do Brasil têm greve de professores, que não têm as suas reivindicações cumpridas em relação ao salário, às condições de trabalho – e os técnicos também apontam, mais uma vez –, mas que tem a sua contradição maior dentro da sala de aula, porque houve uma expansão, sem expansão da qualidade, sem expansão dos recursos, sem ampliação do número dos professores para melhorar a qualidade de ensino das nossas universidades federais.

Então, eu queria pedir o apoio – a Moção é clara – nos quatro pontos: Sala Qorpo Santo; reforma imediata da questão elétrica da Sala Alziro Azevedo; novo prédio já para os três cursos da Arte e melhores condições de estudo.

Eu não poderia, nesse minuto que me resta, deixar de considerar que é uma falta de respeito com a cultura, com a arte, com a música, com o teatro, com as artes visuais, com a história da arte, com aqueles e aquelas que assinam um

manifesto, atores conhecidos do nosso País, do nosso Rio Grande do Sul, da nossa Porto Alegre, com os que estão na sua formação; é uma falta de respeito e de investimento que os estudantes tenham que estudar e se formar nessas condições e que tenham que estar protestando para garantir aquilo que é direito: universidade pública gratuita, de qualidade e popular.

Parabéns pela luta de vocês! Eu tenho certeza de que esta Câmara vai aprovar por unanimidade a luta dos estudantes dos cursos das Artes, sobretudo do Teatro. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar o Requerimento nº 056/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente; Srs. Vereadores; estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eu quero me somar à solidariedade e ao apoio, porque conheço as condições do prédio do Instituto de Artes. É o mesmo prédio desde que eu entrei na Universidade, em 1982, e ele já tinha seriíssimos problemas; já era um prédio antigo. É um prédio histórico, é verdade, mas eu sempre fiquei imaginando o que acontece com a nossa área das Artes. É bem verdade, durante os Governos, principalmente o do Fernando Henrique Cardoso – que quase privatizou as universidades –, nós não tínhamos recursos para as universidades públicas, mas agora não se justifica, porque são milhões de reais a que as universidades públicas, inclusive a UFRGS, têm acesso para modernização dos seus *campus*, dos seus espaços físicos, dos seus equipamentos. Esta Casa – informando aos colegas futuros professores, estudantes – já se envolveu alguns anos tentando liberar projetos de reforma na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja com relação à construção do Hospital Odontológico – que está acontecendo –, seja o refeitório no *campus* – que está acontecendo – e outras obras que não saíram ainda por problemas da Prefeitura de Porto Alegre, e não por falta de recursos. É bem verdade que a universidade pública estava desaparelhada; eu não a conheço por dentro, mas eu tenho certeza de que não é diferente do Estado ou da Prefeitura, que têm gargalos na produção de projetos, têm que

fazer os projetos arquitetônicos, fundacionais, fazer os editais – não é fácil. Então, não basta ter recursos. Mas, de fato, chamar a atenção da situação do Instituto de Artes é muito importante, porque a gente não vê movimento – eu não conheço, pode ser desconhecimento meu – de perspectiva de transformação daquele espaço, de ampliação e de manutenção de acesso aos espaços de fazer arte e oferecer arte para a Cidade. Eu tenho recebido a divulgação do Instituto de Artes, das atividades que faz e oferece à sociedade. Foram abertos agora coros, houve o encontro de violões e violas, eu poderia citar... Eu recebo sempre, no meu *e-mail*, a divulgação das inúmeras atividades. Aliás, eu estou surpresa porque eu não conhecia... Eu achava, sempre achei, que um instituto de artes de uma universidade federal tem que estar nos espaços da Cidade, tem que estar sacudindo o estabelecido, e eu não enxergava isso. E acho que ainda está muito entre muros. E sabendo que, entre muros, está com tão parcas condições, nós nos solidarizamos. Exemplo disso é o Coral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que ocupava áreas do Instituto de Artes e sempre com sérios problemas, disputando com os alunos, não conseguindo chave, com falta de funcionários... Sei que são muitos problemas.

Quero, aqui, me somar ao apoio da Ver.^a Fernanda Melchionna, acho que tem que chamar a atenção. Sem cultura, uma universidade não cumpre a sua tarefa de produzir conhecimento novo, de botar em discussão diferentes pontos de vista, discutir filosofia, fazer os estudantes pensarem sobre a vida... Na minha opinião, o Instituto de Artes tinha que ser o coração de uma Universidade. E eu acho que ele é muito marginalizado. Então, todo o apoio à arte, à cultura dentro da Universidade, que tem que encharcar a Cidade; portanto, precisa ter suporte, precisa ter apoio para que isso aconteça. Parabéns pela iniciativa e que ela faça efeito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna falou em nome do Ver. Valter Nagelstein, do Ver. João Antonio Dib e também em meu nome. Eu queria só registrar que é com muita satisfação, com o conjunto de Vereadores, que eu quero me somar, apoiando esta Moção de Solidariedade

aos estudantes, atendendo prontamente o pedido da Ver.^a Fernanda. Que vocês sejam muito bem-vindos para usar este espaço da Casa.

Em votação o Requerimento nº 056/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 062/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelos seguintes Requerimentos: nº 054/12 nº 057/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vamos suspender a Sessão para uma Reunião Conjunta das Comissões Permanentes.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h51min.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): (16h17min) Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o PLL nº 097/12, de autoria da Mesa Diretora; aprego o PLL nº 110/12, de autoria da Mesa Diretora; aprego o PLE nº 029/12, de autoria do Governo Municipal; aprego o PLCE nº 007/12, de autoria do Governo Municipal; aprego o Requerimento, de autoria do Ver. Beto Moesch, que solicita representar esta Casa no período de 14 a 24 de junho de 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, na cidade do Rio de Janeiro, a realizar-se no período de 13/6/12 a 24/6/12. O Ver. Beto Moesch, então, representa a Câmara de Vereadores na Rio + 20.

(Aparte antirregimental do Ver. Beto Moesch.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Beto Moesch me pergunta se eu vou à Rio + 20. Infelizmente, não poderei ir, mas gostaria muito de ir à cúpula dos povos.

Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, os próximos projetos da Ordem do Dia necessitam de quórum qualificado. Parece-me que nós não temos quórum qualificado, ou seja, a presença de 24 Vereadores; então pergunto se podemos passar aos projetos que não precisam de quórum qualificado, aos que só precisam de maioria simples para votação.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sra. Presidente, “enquanto eu aguardo o dia da ordem”, solicito verificação de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Solicito abertura do painel eletrônico, para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h23min) Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. DR. GOULART: Sra. Presidenta, eu gostaria de fazer uma comunicação que interessa a todos os porto-alegrenses, principalmente à Câmara de Vereadores, que tem lutado tanto. Nós sabíamos das péssimas condições em que se encontrava o Hospital Presidente Vargas. Neste exato momento, a nossa assessoria – do Partido e do meu Gabinete – foi informada pela Internet, pelo *site* da Secretaria Municipal da Saúde, que o HPV contratou, e eles estão agora trabalhando, – informo isso principalmente ao Dr. Thiago, que tanto se interessa por isso – oito pediatras, sete anestesistas, dez obstetras, três médicos de Emergência, clínicos gerais, três enfermeiras, quinze técnicos em enfermagem, dois bioquímicos, um farmacêutico e um engenheiro civil hospitalar. Acho fundamental essa comunicação, porque a Cidade volta novamente a se despreocupar com aquele belíssimo ponto de

saúde da mulher e da criança que é o nosso Hospital Presidente Vargas. Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Ver. Dr. Goulart, acolhemos com muita satisfação a informação. Temos certeza de que fizeram efeito a fiscalização da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e a luta dos municipais e dos sindicatos vinculados à área da Saúde em Porto Alegre. Agradecemos, portanto, a comunicação do Ver. Dr. Goulart.

O SR. MARIO MANFRO: Saúdo a informação que o Dr. Goulart, nosso Vereador, passou, saúdo essa informação muito importante e, ao mesmo tempo, lamento que, nesse rol todo de profissionais, não haja nenhum cirurgião-dentista.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Ver. Mario Manfro, a Mesa acolhe o seu registro sabendo das enormes deficiências de profissionais cirurgiões-dentistas na cidade de Porto Alegre. Um dos grandes problemas de acesso à Saúde pública é o acesso à saúde bucal.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. NELCIR TESSARO: Sra. Presidente, Ver.^a Melchionna; Sras Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos assiste, venho a esta tribuna, em tempo de discussão preliminar de Pauta, fazer minha manifestação sobre dois projetos de minha autoria que estão hoje em Pauta, para os quais peço aos meus Pares que os acompanhem para que possamos aprová-los.

O primeiro, o PLL nº 057/12, revoga a Lei nº 9.416, de 31 de março de 2004, permitindo que as farmácias e as drogarias no Município de Porto Alegre

comercializem produtos de conveniência e instalem caixas de autoatendimento bancário nas suas dependências. Esse serviço já existe, mas, como não está regulamentado, seria apenas para legalizar. Esclareço que os produtos de conveniência são aqueles afins aos produtos vendidos.

Vejam bem: hoje, podem-se vender nas farmácias produtos eletrônicos, desde massageadores, produtos de beleza para as mulheres e até para a saúde, mas não é permitido que, nessa farmácia em que se compra o produto eletrônico que necessita de pilha, seja vendida pilha para o produto vendido. Se uma pessoa precisar comprar um produto em uma farmácia 24 horas, não poderá usá-lo, porque não tem pilha. Estou dando este exemplo para mostrar a importância de as farmácias comercializarem produtos afins àqueles que são permitidos comercializar.

Nas farmácias também não é permitido vender *chip* para celular, ou seja, se alguém precisar de uma recarga para o celular, e não houver outro local, não tem como comprar. Então, são produtos que não entrarão em conflito, porque eles não têm nada de oposição aos produtos e medicamentos que são comercializados livremente nas nossas farmácias de Porto Alegre. Acho muito importante essa ampliação, desde que não prejudique a própria essência, que é o medicamento. Não vai interferir porque estarão à disposição dos consumidores em locais apartados dos demais produtos.

Também estou aqui para discutir o PLL nº 033/12, de minha autoria, que permite que o cidadão, o contribuinte, possa utilizar o valor que ele tenha a receber do Executivo em precatórios para fazer uma compensação com débitos da dívida ativa municipal, para pagamentos de impostos, tarifas, taxas ou aquisição de bens do próprio Município, quando oferecido em venda pública, em leilão. É justo, porque, se ele tem um crédito com o Município, ele pode utilizar esse crédito para fazer as suas compensações, para utilização do pagamento, para adquirir um bem que é do próprio Município. Muitas das vezes, nós sabemos que o caixa do Município – e, na maioria das vezes, todos os caixas dos Executivos, tanto do Estado como do Município – tem dificuldades para o pagamento dos seus precatórios; então, para facilitar, o melhor é fazer com que o credor, que é justamente o cidadão, o contribuinte, tenha seu prejuízo minimizado, fazendo uma compensação, pagando,

transacionando o seu crédito, ou seja, usando, até um limite que pode ser regulamentado, o valor de seus créditos para pagamento dos seus débitos ou aquisições do serviço público. São esses dois os projetos que eu trago a discussão, que irão tramitar pelas Comissões de nossa Câmara Legislativa, e eu peço o apoio de meus Pares justamente para sua aprovação no final. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Fernanda, eu aproveito para comentar o Projeto de sua autoria e do Ver. Pedro Ruas, sobre o tema dos coletivos, dos ônibus, e a disponibilização de *bike racks* nos veículos. Nós tivemos, na semana passada, mais uma vítima fatal de ciclista no trânsito – e foi exatamente com um ônibus. Vejo que o Pedro Ruas também está aqui, ele tem se dedicado a este tema, e esse é um tema que não pode parar na cidade de Porto Alegre. Eu quero elogiar a Massa Crítica, o Movimento dos Ciclistas, que fez a ocupação da Redenção. Desde o episódio do atropelamento, no ano passado, aquele episódio dramático, absurdo e violento, há uma mudança visível na cidade de Porto Alegre. Eu, que só ando de bicicleta no final de semana, tenho notado, porque a gente começou a enxergar muito mais ciclistas, não só nos finais de semana, as pessoas estão se encorajando, estão optando pela bicicleta, mas, de fato, as barreiras são inúmeras. Então, eu acho que, junto com a disponibilização nos ônibus, que ainda será uma grande novidade, devíamos começar com a nossa empresa pública.

Nós temos que pensar que o nosso bicicletário, aqui da Câmara, está muito bonito, emblemático, porque é obra dos ciclistas, e é isso que consigo enxergar na cidade de Porto Alegre, ou seja, uma mudança sendo provocada pelo protagonismo dos ciclistas. A gente enxerga que é preciso visualização ou suportes visuais para mudar a cultura do motorista. Insisto que a ciclofaixa é fundamental. Se estiver desenhado na faixa – aonde ainda não dá para pôr a ciclovia, é muito caro – a marcação de uma ciclofaixa, quer dizer, se tiver um

ciclista, é ali que ele vai andar, e se ele está andando ali, o carro tem que andar fora para ultrapassar, fora da ciclofaixa, nós vamos proteger o ciclista.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Sofia Cavedon, eu vou confessar a minha ignorância. Como seria colocado o *bike racks* nos ônibus?

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. João Dib, já existem situações, especialmente na Europa existe um mecanismo, sabe quando a gente pendura a bicicleta em casa, quando a gente não tem onde guardar, que tem um suporte para parede? É algo semelhante. Eu não sei explicar tecnicamente, mas, com certeza, a gente vai à praia, a gente tem como levar a bicicleta. O senhor nunca observou os carros indo à praia, que colocam a bicicleta pendurada atrás? Há suportes específicos que encaixam no bagageiro do automóvel. Eu não sei como é colocado exatamente no ônibus, mas é possível e existe, sim.

É muito difícil, de fato, fazer caminhos muito longos de bicicleta, Ver. Dib, eu sou testemunha disso, V. Exa., que tem limitação na locomoção, deve compreender a dificuldade de um veículo que exige força física, que te expõe à chuva, ao vento, porque, se começar a chover, se ficar muito ruim, se tiver que carregar alguma coisa, vai de ônibus, põe atrás do ônibus, pendurada, e pega o ônibus. Esta combinação do ciclista com o transporte coletivo vai fortalecer o transporte coletivo.

Há uma queixa generalizada do IPK estar reduzindo, que tem menos pessoas andando de ônibus! Nós precisamos favorecer. O ônibus tem que ser uma coisa confortável, atrativa, agradável, e isso vai fazer com que mais pessoas não queiram ficar paradas, trancadas, se irritando no trânsito. E acho que a ideia da conexão e da viabilização do uso da bicicleta – também podendo colocar num ônibus, esse suporte – é uma excelente ideia, ela já existe em outros países. A tarefa dos Vereadores é empurrar para que as mudanças aconteçam.

Eu quero parabenizar os nossos ciclistas; temos um exemplar, temos um militante ciclista conosco aqui. E boa sorte para nós, e para as mudanças na Cidade, para melhor.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Ver.^a Sofia, eu solicito a V. Exa. que presida os trabalhos para que eu possa falar em Pauta.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria discutir o nosso Projeto, meu e do Ver. Pedro Ruas, sobre a questão dos *racks* nos ônibus, obrigando os consórcios a fazer algo, Ver. João Antonio Dib, que acontece em vários países, em que há uma verdadeira integração entre os modais de transporte coletivo, Ver.^a Sofia – o Ver. João Antonio Dib me pede um aparte, e eu concedo ao Vereador... Mas nós queremos fazer uma verdadeira integração. E aproveito já para esclarecer o funcionamento: em geral, é na parte da frente do veículo, que tenha um depósito onde se pode afixar a bicicleta de maneira rápida, segura, tranquila, e, ao mesmo tempo, integrando os vários modais de transporte que existem em algumas cidades. Em algumas cidades mais avançadas, isso já existe, como Copenhague. Inclusive, o bicicletário, no metrô, é outra forma de integração dos meios de transporte coletivo.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Fernanda Melchionna, eu entendo a intenção de V. Exa., mas, como eu já fui Secretário dos Transportes e lembro do problema do horário, digamos que haja duas bicicletas, como ele vai colocar duas bicicletas? Mas mesmo uma bicicleta só, o motorista tem que parar o ônibus para que o ciclista coloque a sua bicicleta em posição, e, quando ele descer, o motorista não vê, ele tem que parar o ônibus de novo para tirar a bicicleta. Parece-me que não é uma coisa muito prática. Imagino que a intenção seja muito boa, mas a praticidade não me parece muito tranquila.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. João Antonio Dib, na verdade funciona muito parecido com o modelo de acessibilidade dos ônibus. A visão do cobrador funciona, tranquilamente, ao rebaixamento, ao contrário... que a cadeira de rodas possa entrar dentro dos ônibus da nossa Cidade. Na verdade, os *racks* seriam, inclusive, mais rápidos, porque os ônibus sempre têm que parar para pegar os passageiros. Então, no momento da parada, enquanto os passageiros entram e andam na roleta, se pode afixar ou guardar a bicicleta no *rack* e seguir tranquilamente o seu trajeto. Isso ocorre em vários países.

Então, me parece que, inclusive, o modelo de testes talvez seja necessário para auferir a melhoria ou a aceleração desse processo. O que não pode é, pelo receio da mudança, que nós não pensemos a bicicleta como meio de transporte para aqueles que lutam que o Plano Diretor Cicloviário seja aplicado na cidade de Porto Alegre e que haja integração entre o transporte coletivo, bicicletas e outros modais de transporte na cidade de Porto Alegre. É inaceitável que todas as políticas sempre sejam no sentido de facilitar o transporte individual, o uso do automóvel, e não o uso do transporte coletivo, porque, com a passagem cara, com o ônibus superlotado, com os atrasos da linha de ônibus, é evidente que as pessoas preferem sair de carro a sair de ônibus na nossa Cidade. Portanto, a lógica tem que ser inversa: licitar o transporte coletivo, fazer uma auditoria na “caixa-preta” dos aumentos da passagem nos últimos anos, cobrar das concessionárias para que cumpram os horários, que tenham *racks* para que os ciclistas possam integrar os meios de transporte, que haja o Plano Diretor Cicloviário e, portanto, menos carros entrem todos os dias emplacados, ao contrário do que ocorre. Infelizmente, esse tem sido um modelo aplicado, inclusive, nacionalmente, porque todo o ano o Governo reduz o IPI para estimular com que mais carros entrem em circulação, em vez de investir em mais recursos para construir os metrô na Cidade, como o metrô da cidade de Porto Alegre, que é tão desejado.

Aproveito também, como a Ver.^a Sofia, para lamentar a morte, em mais um acidente, de Artidor Vargas da Silva. Foi na sexta-feira, Naíam?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Foi na sexta-feira, no bairro Mário Quintana, e ontem os cicloativistas, como o Naiam, que está aqui hoje conosco, colocaram uma bicicleta branca no local em que ele foi atropelado para simbolizar que ele será sempre lembrado e sempre se lutará para que Porto Alegre respeite os ciclistas e para que o Plano Diretor Ciclovitário seja, de fato, implementado. Parabéns aos que lutam e sonham, e podem contar com a Bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores, também quero dar um abraço no Naiam, que é meu amigo de longa data, faz parte da Geral lá do Grêmio, está sempre lá e é um ciclista que está sempre preocupado com os colegas de bicicleta.

Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Pedro Ruas, eu estava imaginando, eu acho a proposta interessante, mas também penso qual a adaptação que será feita para colocar essas bicicletas. Por exemplo, Ver. Dib, se chegamos a um terminal de linha, com quatro ou cinco pessoas com bicicletas – sabem que a bicicleta é um meio de transporte muito bom, e as pessoas têm usado bastante, e eu acho importante –, eu gostaria de saber como será adaptado esse sistema, porque tem que ser rápido. O motorista vai afixar atrás. Como é que o motorista vai ver na hora se colocou? E se botar na frente? E o problema nos corredores, Fernanda? Eu fico pensando na hora que o ônibus para em um corredor. Eu não sei se V. Exa. pega o ônibus em corredor, mas eu pego sempre em corredor; o corredor é meio complicado, porque tem muita gente, principalmente em final de tarde. Talvez se tivessem algumas linhas especiais, mas eu acho que, se a Lei é para todos... não é, Ver. Dib? Eu fico pensando, porque, no momento de afixar... porque aí as pessoas já vão começar a ter adaptações, carregar, não vão andar mais de bicicleta, porque moram, às

vezes, três ou quatro quadras longe da parada do ônibus, vêm de bicicleta, botam no ônibus. E aí, tudo leva tempo, e esses motoristas, na realidade, têm tempo programado para cumprir. Esse é o problema. E, lá na frente, o outro cidadão que quer pegar o ônibus começa a reclamar da linha que está atrasando mais de 40 minutos, mais de uma hora. Acredito que vai demorar. Claro que, se houvesse linhas especiais, talvez nos finais de semana, quem sabe, para passear, ir aos parques, tudo bem, mas eu não vejo muita esperança. Acho simpático, Ver.^a Fernanda, mas só vejo essa dificuldade de adaptações. Imagino a pessoa chegando no terminal Parobé, vai pegar a bicicleta e botar no ônibus; tem que ter um sistema com segurança, porque o ônibus freia – às vezes, um carro ou um pedestre atravessa na frente e tem que frear rápido e, se a bicicleta fica solta, ela cai. E se houver uma, duas, cinco, dez bicicletas?

Eu não consegui entender. Quero pedir mais explicações para V. Exa., quem sabe se pode fazer algumas adaptações ainda? Claro que temos que valorizar o transporte alternativo, e esse é de saúde, de qualidade. Até tem ciclistas criticando o meu Projeto de aumentar a velocidade, só que eles não entenderam o meu Projeto, que é para algumas vias de Porto Alegre, onde há totais condições para aumentar. Eu, por exemplo, sempre citei o final da Bento Gonçalves, o final da Assis Brasil e da Farrapos, onde tem condições. Não é dentro da Cidade; onde tem que ser 40 quilômetros, aí tem que continuar 40 quilômetros. Na frente dos colégios, acho que tem que ser 20 quilômetros por hora. Falo isso, porque fico preocupado.

Falando da Massa Crítica, acho que são pessoas que aproveitam muito e sabem criticar na hora certa, e estão de parabéns. É assim que se faz um trânsito mais educado e mais completo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigado, Ver. Brasinha. Informo a V. Exa. que, na próxima Sessão, eu trarei fotos de como funcionam esses *racks* em várias cidades do mundo. Não é nenhuma inovação que faremos em Porto Alegre; na verdade, é um avanço para a nossa Cidade, algo

que já ocorre. Vou trazer fotos para esclarecer aos Vereadores como são viáveis, justos e necessários os *racks* no sistema de transporte.

O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Saúdo a Ver.^a Fernanda Melchionna, na presidência dos trabalhos. Quero comentar, aqui, essa iniciativa do Ver. Valter Nagelstein, que propõe o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Grupo de Diálogo Inter-Religioso de Porto Alegre – o Dirpoa.

Devo dizer que, de alguma data até esta data, temos acompanhado todo esse movimento dos diálogos inter-religiosos, que é exatamente o agrupamento das mais diferentes religiões e credos, que vai da Igreja Católica aos árabes, judeus, umbanda, religiões protestantes, enfim, é um conjunto que reúne mais de dez religiões. E, numa solenidade em que se homenageava o Dia das Mães, na Catedral, acompanhando aquela solenidade religiosa, o Ver. João Antonio Dib dizia: “Olha: árabes ao lado de judeus”. E, com relação àquela fotografia que faziam os fotógrafos naquela ocasião, dizíamos que, se ela percorresse o mundo – vejam bem –, por certo, estaríamos construindo a paz, dada a diversidade étnica, a diversidade religiosa.

Eu tive a oportunidade de trazer à Casa o reconhecimento, do ponto de vista jurídico e institucional, do Município ao diálogo inter-religioso. E, através dessa iniciativa legislativa, que é da Câmara – apenas tive a autoria –, ela hoje existe em vários países do mundo com tradução para o inglês e espanhol, e, no Brasil, em diversos Estados, as municipalidades, os Legislativos Municipais no foco ali estabelecido, do ponto de vista jurídico, o reconhecimento da municipalidade aos Diálogos Inter-Religiosos, que desempenham um papel magnífico. Nesta Casa, já estiveram, em diferentes oportunidades, fazendo uma pregação, que eu diria, universal do ponto de vista espiritual, do ponto de vista das religiões, não só em nosso País, como no Município. Portanto, é uma iniciativa extremamente importante esta que concede o Troféu Câmara Municipal ao Grupo Diálogo Inter-Religioso de Porto Alegre, que presta um serviço, do ponto de vista espiritual às instituições de saúde, enfim, atos solenes realizados em diferentes lugares. Portanto, nós queremos

cumprimentar aqui o Ver. Valter Nagelstein pela iniciativa extremamente positiva que hoje representa a comunhão, o consórcio de religiões dos mais diferentes credos. Portanto, a nossa homenagem à iniciativa do referido Vereador. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h51min.)